

Estudo Técnico Preliminar 81/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 60585.001761/2023-81

2. Descrição da necessidade

- 2.1. O Ministério da Defesa MD, localizado em Brasília, necessita garantir um ambiente limpo e saudável aos servidores civis e militares, terceirizados e colaboradores que trabalham nos setores deste órgão, bem como os visitantes que diariamente tratam de assuntos pertinentes a ACMD. Dentre os diversos trabalhos de manutenção e limpeza, o descarte correto dos resíduos sólidos é fundamental para a preservação do ambiente em que vivemos. É necessário, ainda, realizar a destinação na origem de forma separada para sua correta coleta pelos entes designados. O serviço de coleta de recicláveis por cooperativas de catadores são essenciais para garantir o papel social dos entes federativos na busca por condições dignas e essas trabalhadores, além de buscar retornar os resíduos recicláveis ao processo produtivo, evitando assim, seu acúmulo na natureza. Vale destacar que a descontinuidade desse trabalho, dificulta os trabalhos deste Ministério, haja vista que não possui espaço físico disponível para estocagem de recicláveis, no caso de descontinuidade do contrato.
- 2.2. Dentro deste escopo, demanda-se diversas atividades para garantir o devido encaminhamento aos diversos tipos de resíduos: secos, orgânicos e rejeitos. Assim, para garantir uma menor quantidade de resíduos encaminhados a aterros sanitários, cabe ao gerador, após fazer a segregação de resíduos na origem, viabilizar a coleta feita pelo SLU, contratados ou cooperativas, conforme os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. No caso de Brasília, separada em dois lotes: 1) secos ou recicláveis e 2) úmidos - orgânicos e rejeitos.
- 2.3. Visando cumprir o que estabelece o Decreto nº 10.936/2022 combinado com a Lei nº 3.517/2004 e o Decreto nº 37.568/2016 que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos, além de colaborar com a manutenção das condições ideais de limpeza, higiene, conservação e funcionalidade das instalações da Administração Central do Ministério da Defesa, Anexos 1 e 2 ao Bloco "O", as quais são indispensáveis ao bom ambiente de trabalho, autoestima, motivação e a saúde dos militares e servidores civis, busca o serviço de coleta seletiva de resíduos sólidos.
- 2.4. A Política Nacional de Resíduos Sólidos tem como um de seus instrumentos, a: *"o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis"* Assim, o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2.022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, define em seu art. 85, como medida de incentivo ou fomento que: *"destinação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal às associações e às cooperativas dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos termos do disposto nos art. 40 a art. 42"*, reiterando assim, a integração do Poder Público ao Programa Coleta Seletiva Cidadã. Assim, atendendo a legislação vigente, a prestação do serviço deve contar com a participação de associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.
- 2.5. O Termo de Compromisso nº 001/2022 firmado entre este Ministério e a Cooperativa de Trabalho de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos - RECICLO, teve sua vigência até 29/04/2024, sem possibilidade de prorrogação. Dessa forma, será necessária a realização de um novo chamamento visando atender demanda de coleta seletiva de materiais recicláveis, prioritariamente, por associações ou cooperativas de catadores.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços Gerais - COSER	Cap (EB) Eduardo Silva Lopes - Contato no Telefone: (61) 3312-4279 – E-mail: eduardo.lopes@defesa.gov.br

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Para que o Ministério da Defesa possa ter as suas necessidades atendidas de coleta seletiva de recicláveis, será necessário dispor de quadro de pessoal, transporte e equipamentos de acordo com as especificações estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar a fim de atender as reais necessidades da Administração Central do Ministério da Defesa – AC/MD (Esplanada dos Ministério - Bloco “Q” e Anexo do Bloco “O”)

4.2. A solução mais vantajosa deverá contemplar as demandas objeto deste Estudo Técnico Preliminar de forma completa, com atendimento de todos os requisitos de acordo com Termo de Referência, sem que haja a descontinuidade nem necessidade do Ministério da Defesa realizar quaisquer contratações adicionais.

4.3. A associada ou cooperada deverá recolher os resíduos recicláveis descartados pelo Ministério da Defesa, conforme expectativa de demanda apresentada abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL (ESTIMATIVA)
1	PAPEL	24708	KG	4.440
2	PAPELÃO			3.420
3	PLÁSTICO			300
4	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO (SUCATA)			ESPORÁDICO
5	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES (SUCATA)			
6	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO (SUCATA)			
7	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS (SUCATA)			
8	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (SUCATA)			
9	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (SUCATA)			
10	MOBILIÁRIOS EM GERAL (SUCATA)			
11	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO (SUCATA)			

4.4. A periodicidade mínima de coleta da associada ou cooperada deverá ser de 2 (duas) vezes semanais, a serem recolhidos nos seguintes endereços: Prédio da Administração Central do Ministério da Defesa, Bloco “Q”, subsolo, portão de acesso via N2 e Prédio Anexo ao Bloco “O”, subsolo, portão de acesso pela rua adjacente a Via N2, Brasília-DF.

4.5.1. O Ministério da Defesa poderá solicitar que a coleta seja realizada com periodicidade distinta, em caso de fatos supervenientes motivados no processo, desde que comunique a associação ou cooperativa com antecedência razoável.

4.6. Caberá a associada ou cooperada fornecer aos funcionários equipamentos de segurança (EPI) que se fizerem necessários para a execução de serviços, conforme consta no apêndice do Termo de Referência.

4.7. O prazo de vigência inicial do Termo de compromisso a que se refere o credenciamento será de 24 (vinte e quatro) meses para cada Associação/ ou Cooperativa, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, contemplando até 5 (cinco) Associações/ ou Cooperativas, contados da data de recebimento do objeto inicial, com base no artigo 106 e 107 da Lei 14.133, em razão da natureza contínua dos serviços para manter as condições de operação da instituição.

4.8. A execução dos serviços será iniciada 01 (um) dia após a assinatura do Termo de Compromisso.

4.9. Estarão credenciadas a coletar os resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos requisitos do Termo de Referência.

4.10. Não haverá custo para o presente processo, tendo em vista tratar-se de credenciamento de Associações ou Cooperativas de coleta seletiva com o objetivo de recolher os resíduos recicláveis descartados pelo Ministério da Defesa, não envolvendo a transferência de recursos financeiros.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Em análise comparativa de soluções de mercado visou elencar as alternativas possíveis de atendimento à demanda considerando, para além o aspecto econômico, quantitativos e qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos do Termo de Compromisso. A solução mercadológica disponível, consolidada e amplamente utilizada, para atendimento da demanda, em que buscou-se adequação legislativa foi a seguinte:

SOLUÇÃO 1ª	
Descrição:	Credenciamento de Cooperativa de coleta seletiva com o objetivo de recolher os resíduos recicláveis descartados pelo Ministério da Defesa
Valor:	Não envolve a transferência de recursos financeiros
Considerações:	- Conforme prescrito no Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2.022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, as empresas públicas deverão optar por coleta seletiva com a participação de associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, em locais que possua tal atividade.

5.2. Não é o caso de possibilidade de contratação de serviços, nem avaliação de custos e os benefícios de outras opções ou escolha da alternativa mais vantajosa, tendo em vista a legislação vigente definir como única opção para o serviço, no caso de Brasília-DF, a apresentada no item 5.1.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Os serviços deverão ser prestados entre segunda-feira a sexta-feira, em horário a ser estabelecido e alterado de acordo com a conveniência administrativa do Ministério da Defesa, de forma que não haja acúmulo de material no local pré-determinado para coleta.

6.2. O horário de funcionamento do Ministério da Defesa é das 9h às 18h de segunda-feira a sexta-feira, podendo funcionar excepcionalmente aos finais de semana.

6.3. Por necessidade de serviço, devidamente justificada e tempestivamente comunicada, o horário da prestação dos serviços poderá ser alterado, levando em consideração o interesse do Ministério da Defesa e a legislação em vigor.

6.4. A execução dos serviços será iniciada conforme data determinada em Termo de Compromisso.

6.5. Compete à associada ou cooperada:

- Implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante.

- Alocar, desde o primeiro dia de vigência do termo de compromisso, o pessoal e transporte adequado para a execução os empregados designados nos respectivos postos, nos horários fixados na escala de serviços elaborada pela Administração do Ministério da Defesa.

- Recolher todo o material reciclável disposto no local determinado em cada transbordo ao ACMD, independente de lotação do transporte, podendo fazer mais de uma viagem ao dia, se for o caso.

- Cumprir as exigências com relação a periodicidade mínima de coleta de 2 (duas) vezes por semana (segunda e quinta ou terça e sexta - a definir), a serem recolhidos nos endereços definidos pela Administração Central do Ministério da Defesa.

- Atender solicitação de coleta em periodicidade distinta, em caso de fatos supervenientes motivados no processo, desde que comunicada com antecedência razoável.
- Fornecer aos associados, os equipamentos de segurança (EPI) que se fizerem necessários para a execução de serviços, conforme consta no apêndice do Termo de Referência.
- Acatar as exigências da fiscalização do Ministério da Defesa quanto à execução dos serviços, horários, promovendo a imediata correção das deficiências apontadas pelo Ministério, quanto à execução dos serviços.

6.6 O critério para a ordem da distribuição da demanda será mediante o sorteio. O prazo de distribuição será obtido através da divisão do tempo de vigência do termo de compromisso ou sua prorrogação entre os credenciados do chamamento, de forma equitativa.

6.7. As fiscalizações técnicas e administrativas deverão estar de acordo com os preceitos informados no anexo VIII da IN SEGES /MP nº 05/2017.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Sobre o Credenciamento de Associações ou Cooperativas para realizarem a coleta seletiva Cidadã dos resíduos recicláveis, descartados pelo Ministério da Defesa, mais especificamente papel, papelão, jornais e revistas e extraordinariamente, os bens desfeitos, quando se tratar de **bens móveis inservíveis**, tais quais equipamentos de áudio, vídeo e foto, aparelhos e equipamentos de comunicações, equipamentos de proteção, segurança e socorro, máquinas e equipamentos industriais, equipamento de tecnologia da informação e comunicações, aparelhos e utensílios domésticos, mobiliários em geral, e máquinas e utensílios de escritório, de acordo com o art. 8º do Decreto nº 10.340/2020), de natureza continuada, com fornecimento de pessoal, transporte e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, segue abaixo o levantamento realizado no termo anterior (TERMO DE COMPROMISSO Nº 001/2022 - MD):

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE ANUAL (ESTIMATIVA)
1	PAPEL	24708	KG	4.440
2	PAPELÃO			3.420
3	PLÁSTICO			300
4	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO (SUCATA)			ESPORÁDICO
5	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES (SUCATA)			
6	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO (SUCATA)			
7	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS (SUCATA)			
8	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (SUCATA)			
9	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS (SUCATA)			
10	MOBILIÁRIOS EM GERAL (SUCATA)			
11	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO (SUCATA)			

7.2. Para os serviços a serem executados pelos associados foi considerado a existência de 2 depósitos (Prédio da Administração Central do Ministério da Defesa, Bloco “Q”, subsolo, portão de acesso via N2 e Prédio Anexo ao Bloco “O”, subsolo, portão de acesso pela rua adjacente a Via N2, Brasília-DF), onde o transporte deverá ser adequado ao seu acesso, no qual sem esse quesito não atingiria o resultado esperado.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): ,01

8.1. Considerando o levantamento do termo de compromisso no item 7 deste ETP e o atendimento as determinações exaradas quanto à destinação adequada aos resíduos sólidos recicláveis descartados pelas Unidades Autônomas do Ministério da Defesa; cumprimento da determinação exarada pelo Decreto nº 10.936/2022, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Decreto nº 10.340/2020, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, ambas da Presidência da República, o Decreto nº 37.568/2016, que regulamenta a Lei nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos, do Governo do Distrito Federal, e ainda, a Portaria Interministerial nº 244/2012, do MPOG, MME, MMA e MDS, através de termo de compromisso para recolhimento e destinação adequadas dos resíduos sólidos recicláveis, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND DE MEDIDA	QTD TOTAL ESTIMADA (kg)	VALOR ESTIMADO
1	Prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos recicláveis	24708	KG	8060	R\$ 0,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O modelo adotado para esta contratação se inspirou nos históricos de contratações anteriores da Administração Central do Ministério da Defesa . Não cabe do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e art. 47, §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, como regra a ser observada pela Administração, tendo em vista tratar-se de Termo de Compromisso, não envolvendo a transferência de recursos financeiros. A modelagem adotada neste chamamento é a mais adequada para o Ministério da Defesa, além da possibilidade de gerar de economia de escala e ser o resultado a que a Administração pretende alcançar o atendimento exarado pela legislação de gestão de resíduos vigente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

- 10.1. Não existe e não se faz necessária a realização de chamamentos futuros correlatos.
- 10.2. Ressalta-se que o Termo de Compromisso anterior, teve sua vigência até 29/04/2024, sem possibilidade de prorrogação, para os serviços de coleta seletiva dos resíduos recicláveis descartados pelo Ministério da Defesa, por meio do Processo nº 60585.002162/2021-13, o qual foi originado em 2021.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- 11.1. O Planejamento das despesas decorrentes deste credenciamento não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, tendo em vista o seu atendimento não necessita de recurso orçamentário;
- 11.2. A contratação pretendida encontra-se alinhada com o Objetivo Estratégico nº 9 - Aprimorar a Governança e a Gestão, com a intenção de fortalecer e aprimorar as estruturas, os processos e os mecanismos de governança e de gestão, buscando a modernização institucional, com vistas a melhorar o desempenho, a eficiência e a qualidade das entregas, com foco nos resultados institucionais., conforme Plano Estratégico Organizacional do Ministério da Defesa PEO-MD 2024 - 2027.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- 12.1. Os resultados esperados com essa cooperação dizem respeito aos seguintes aspectos:
- 12.1.1. Garantir o pleno atendimento do objeto e a boa execução dos serviços de coleta seletiva cidadã com padrões de qualidade, eficiência, sustentabilidade e produtividade mínima atendidos;

12.1.2. Atender a preceitos legais e orientações vigentes, sobretudo no que trata o Decreto nº 10.936/2022, o Decreto nº 10.340/2020 e o Decreto nº 37.568/2016.

12.1.3. Alinhar o planejamento esperado do credenciamento com a análise adequada das propostas no momento do chamamento quanto aos fatores pretendidos, ponderando as necessidades envolvidas para a seleção da proposta mais vantajosa e consequentemente uma cooperação eficiente;

12.1.4. Assegurar um ambiente de trabalho ambientalmente agradável, de tal forma que a boa execução das atividades institucionais para a prestação do serviço público atinja altos níveis de qualidade, excelência e sustentabilidade; e

12.1.5. Contribuir para a adequada destinação dos resíduos sólidos, buscando minimizar os impactos ambientais, trazidos pela geração de resíduos na ACMD.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Caberá ao DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E SERVIÇOS GERAIS - DESEG aprovar a proposta de coleta elaborada pela associada ou cooperada a ser credenciada e transmitir por instrumentos próprios as orientações para a realização do serviço;

13.2. As comunicações entre o MD e a associação ou cooperativa se darão por intermédio do representante, que deverá trazer pronta resposta aos mecanismos adotados tais como ofícios, circulares ou correio eletrônico, sendo também admissível a comunicação por outras ferramentas digitais. O representante da associação ou cooperativa deverá deter amplos poderes para sanar dúvidas e tratar de quaisquer assuntos relacionados com a execução do Termo de Compromisso, sem ônus para o MD.

13.3. Espera-se que o representante seja qualificado para desempenhar as seguintes tarefas:

13.3.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;

13.3.2. Acompanhar os trabalhos realizados pelos associados ou cooperados credenciados, se for o caso;

13.3.3. Cumprir e fazer cumprir, por parte dos associados ou cooperados da credenciada, todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades do Instituto, salvo se manifestamente ilegais ou não previstas em Termo de Compromisso;

13.3.4. Reportar-se ao responsável pela fiscalização do termo para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;

13.3.5. Relatar ao responsável pela fiscalização do termo de compromisso, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;

13.3.6. Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços;

13.3.7. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos associados ou cooperados da credenciada respondendo, perante o Ministério, por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os serviços constantes do presente instrumento são atividades na área de coleta seletiva Cidadã que apoiam a atividade fim deste Órgão, assim, o credenciamento será de fundamental importância nas políticas de sustentabilidade, conforme o Guia Nacional de contratações Sustentáveis elaborado pela Advocacia-Geral da União (6ª edição - setembro/2023), em consonância com a política pública de contratações sustentáveis.

14.2. Nas contratações governamentais de bens, serviços e obras, deve ser dada prioridade para produtos e serviços que considerem critérios compatíveis com padrões sustentáveis devendo ser observada, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010; trazendo atendimento à Lei nº 12.305, de 02/08/10, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 10.936, de 12/01/2022 e demais atos normativos sobre o tema.

14.3. A credenciada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, observando especialmente o seguinte:

14.3.1. Conferência da correta separação de resíduos para reciclagem, anterior a coleta; e

14.3.2. Apresentar soluções para a COSER/DESEG, que tragam um menor desperdício de resíduos possivelmente recicláveis, a fim de buscar uma maior efetividade na gestão de resíduos sólidos.

14.3.3. Buscar a reciclagem da maior parte possível dos resíduos coletados no ACMD, buscando retorná-los a ciclo produtivo, garantindo uma maior efetividade da gestão de resíduos sólidos, de forma sustentável.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara a viabilidade e a razoabilidade do credenciamento de associação ou cooperativa especializada para a prestação de serviços de coleta seletiva de resíduos recicláveis, com base nos elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 9º da IN 58/2022, da SEGES/ME. UASG 110404 Estudo Técnico Preliminar 81/2024

16.2. O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, a viabilidade da contratação e os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a contratação proposta, após a análise da autoridade competente.

16.3. De acordo com a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD Nº 1081, de 29 de Fevereiro de 2024 (6932953), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 10, de 8 de março de 2024 (6934979), foi designada a equipe de planejamento da contratação conforme segue:

I - na condição de integrante requisitante: Cap (EB) EDUARDO SILVA **LOPES**, CPF: ***.632.566- **, lotado na Coordenação de Serviços Gerais - COSER;

II - na condição de integrante administrativo: 1º Ten (MB) **UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA**, ***.346.481-**, lotada na Assessoria de Planejamento de Aquisições - ASPLAQ;

III - na condição de integrante técnico: SO (FAB) **GLEDSON BARBOSA DE OLIVEIRA**, CPF: ***.423.527-**, lotado na Coordenação de Serviços Gerais - COSER, todos do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais – DESEG.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO SILVA LOPES

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 12/08/2024 às 17:58:36.

UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 12/08/2024 às 10:49:22.

GLEDSON BARBOSA DE OLIVEIRA

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação



Assinou eletronicamente em 13/08/2024 às 10:59:34.